

## **Enlace 27**

### ***Políticas Públicas, Diversidade Sexual e de Gênero e Serviço Social***

Pretendemos neste Enlace Temático debater, a partir dos direitos e cidadania de LGBT, as políticas públicas específicas para essa população e demais políticas que contemplam a transversalidade de gênero e orientação sexual, bem como atuação d@s profissionais de Serviço Social. A temática da diversidade sexual e de gênero no âmbito da formação e exercício profissional do Serviço Social tem ganhado visibilidade política e pública em decorrência da presença de lésbicas, gays, travestis e transexuais presentes nos referidos campos que tomam para si e para a área de conhecimento, o aprofundamento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo a partir do debate sobre determinados temas e objetos que se relacionam com essa população, seja pela política pública específica para LGBT como com outras políticas públicas que esses sujeitos se fazem presentes. Isso decorre, tendo em vista que a atuação do Serviço Social tem como objetos profissionais prioritários a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas e a gestão e operacionalização de programas e projetos sociais. Em decorrência destes estudos e práticas profissionais, as entidades representativas da área, têm consolidado seus compromissos com as demandas do movimento sociais de LGBT no foco dos direitos e cidadania de LGBT nestes campos. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a partir da Resolução 489/2006, que dispõe sobre a não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no exercício profissional e da Resolução 615/2011, que permite o uso do nome social na carteira e cédula de identidade profissional, juntamente com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) que, em 2010, criou o Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP5) de “Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidade e Geração”. Portanto, a existência do referido ET, para que não seja endógeno aos eventos restritos da área profissional, dialoga de forma democrática a partir do campo mesmo de estudos no qual a temática da diversidade sexual e de gênero se faz presente, não enquanto uma sub-área

de conhecimento e seu recorte enquanto objeto, mas enquanto um campo interdisciplinar de conhecimento em que o Serviço Social é constitutivo. Desta forma, tem se ampliado o campo de atuação profissional dest@s profissionais, seja nos Centros de Referência, Coordenadorias de Diversidade Sexual e Conselhos LGBT. Assim, problematizaremos a interface das políticas públicas nas relações de gênero e sexualidade em suas intersecções com classe, raça/etnia e geração. Esperamos reunir uma amostragem na formação e exercício profissional em Serviço Social acerca da diversidade sexual e de gênero e também sobre as estratégias que o Estado brasileiro tem buscado no enfrentamento das violações e violências contra LGBT, a partir de ações do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário.